

Desafios para a política educacional: a presença negra na configuração escolar

Challenges for educational policy: the black presence in the school setting

*Desafios para la política educacional:
la presencia negra en la configuración escolar*

MARIA DA CONCEIÇÃO DOS REIS
EDÍLSON FERNANDES DE SOUZA
VILDE GOMES DE MENEZES

Resumo: Este artigo busca refletir sobre a necessidade das políticas educativas tratarem da educação considerando as relações etnicorraciais. O texto discute essa questão mediante os resultados de pesquisa que buscou compreender o processo de construção da identidade negra na escola. A partir da teoria das configurações sociais e da história de vida, foi possível perceber que a configuração escolar apresenta dificuldades de contribuir com essa construção, necessitando que as políticas educacionais considerem a presença das pessoas negras nas escolas.

Palavras chave: Educação das relações etnicorraciais; identidade negra; configuração escolar; política educacional.

Abstract: This article aims to reflect on the need of education policies treat education considering the etnicorraciais relations. The paper discusses this issue through the search results that sought to understand the black identity construction process at school. From the theory of social settings and history of life, it was revealed that the school setting has difficulties to contribute to this construction , requiring that educational policies consider the presence of black people in schools.

Keywords: Education of ethnicracial relations; black identity; school setting; educational policy.

Resumen: Este artículo tiene com objetivo reflexionar sobre la necesidad de las políticas educativas tratar la educación teniendo em cuenta las relaciones etnicorraciales. El texto trata este tema a través de una investigación que buscó comprender el proceso de construcción de la identidad negra en la escuela. A partir de la teoría de las configuraciones sociales y de la historia de vida fue posible percibir que la configuración escolar presenta dificultades para contribuir con esta construcción, donde se siguen necesitando políticas educacionales que consideren la presencia de los negros en las escuelas.

Palabras clave: Educación en las relaciones etnicorraciales; identidad negra; configuración escolar; política educacional.

INTRODUÇÃO

Em 1856, quando surge oficialmente a escola pública no Brasil, o país vivia o período escravocrata, e as crianças em situação de escravas eram proibidas de ingressar nesta instituição. Quinze anos depois, em 1871, a Lei do Ventre Livre possibilitou o acesso das crianças libertas ao ensino profissionalizante que nesse período, em sua maioria, era oferecido por instituições religiosas.

Curiosamente, em 1892 é fundada a Imprensa Negra, revelando que algumas pessoas negras conseguiam se inserir na configuração escolar, mesmo sem acesso ao sistema educacional “oficial”. Porém, até 1960 quase nada havia sido registrado sobre a presença negra na escola¹ (SOUZA; REIS; MENEZES, 2013).

De qualquer modo, considerando o percurso histórico da educação brasileira, a escola vai se configurando como espaço fundamental para que as pessoas adquiram as habilidades necessárias exigidas para viver e conviver na sociedade, o que se tornará uma conquista em função das lutas e reivindicações, como um direito de todos e todas. Assim, de princípio, as políticas públicas de educação, orientadas pelos marcos regulatórios vigentes, deveriam assegurar a garantia desse direito por meio do desenvolvimento de programas de ação que tivessem como propósito a universalização do acesso de todos e todas à escolarização com qualidade social, favorecendo processos democráticos de igualdade e solidariedade.

No entanto, como sabemos, há ainda muitas diferenças entre o Brasil legal e o Brasil real. A educação excludente, que no sistema escravocrata era restrita a poucos privilegiados e que continuou no período imperial, impedindo, por lei, o escravo e o negro liberto de frequentarem a escola pública, ainda hoje vem prevalecendo. O Relatório das Desigualdades Raciais no Brasil, elaborado por Paixão *et al.* (2010), destaca bem essa desigualdade ao apresentar a situação de analfabetismo entre brancos e negros.

Observando as informações referentes à raça e educação publicadas pelo Censo Demográfico Brasileiro desde 1940, Souza, Reis e Menezes (2013, p.12) mostram que o percentual de pessoas que se encontravam analfabetas era consideravelmente desigual entre a população identificada pelas cores brancas, pretas e pardas. Naquele ano, a maioria das 21.295.490 pessoas analfabetas, contando aquelas com cinco anos ou mais, era de cor preta (precisamente 81,4% deste total). Mesmo que este percentual venha diminuindo ao longo das décadas, ainda é muito relevante a magnitude das disparidades e, portanto, das desigualdades. Em 1980, por exemplo, a população de cor preta, com a idade

¹ Este dado é revelador, também, da ausência de estudos sobre essa temática.

de cinco anos e mais que se encontrava analfabeta era 21,5% maior do que a população de cor branca.

Chegando ao século XXI, a diferença ainda continua. No ano de 2007, a maioria da população matriculada em todos os níveis de ensino, da educação infantil ao ensino superior, é de cor branca. Referente ao ensino superior, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2009 mostrou que a população de 25 anos ou mais de idade com esse nível de ensino concluído era de 4,7% de pretos e 15% de brancos.

Todavia, a presença negra na configuração escolar vai se afirmando aos poucos, certamente pela confluência da luta e persistência do movimento negro com as lutas pelo exercício do direito à educação. Quando isso passou a acontecer outro problema se revelou: começou a se perceber a necessidade de lutar por sua permanência e visibilidade, eliminando o preconceito e racismo tão presentes nas escolas.

É a partir dessas observações que o presente artigo problematiza elementos encontrados em pesquisa que buscou compreender o processo de construção da identidade negra na escola, com registros de memórias e histórias de vida possivelmente influenciadas pelo processo civilizador e pelas relações de interdependência discutidas a partir da teoria das configurações sociais do autor Norbert Elias.

Na referida pesquisa, procuramos reconstituir a trajetória de um grupo de pessoas negras que cursaram todos os níveis e modalidades do nosso sistema educacional, chegando a obterem o título de doutoras. Para tanto, utilizamos a história de vida na busca da sistematização e produção de um conhecimento a respeito das trajetórias dessas pessoas que enfrentaram muitas dificuldades de acesso e permanência no sistema escolar que reproduz a discriminação presente na sociedade brasileira: discriminação apenas por seus fenótipos negroides. Mas, mesmo assim, se identificam e se orgulham de sua cor e se tornaram referências para outras pessoas: ao mesmo tempo em que assumem a identidade negra, estudam e pesquisam sobre essa temática e são referências para outros pesquisadores e estudantes sobre a educação das relações etnicorraciais².

No presente artigo, apresentamos interpretações sobre suas memórias a respeito da escola recheadas de gritos ou de silêncios, de intensidades ou impossibilidades, que, de uma forma ou de outra, despertam a descoberta de muitas aprendizagens que interferem no processo de construção e de afirmação da identidade negra. A análise e interpretação dos dados revelam que a

² A escolha das pessoas entrevistadas – identificadas neste texto pelas letras iniciais de seu nome – foi realizada mediante consulta aos Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros – NEAB.

configuração escolar apresenta dificuldades de contribuir com essa construção e afirmação, indicando a necessidade do desenvolvimento de políticas educativas que reconheçam e contemplem a presença negra nas escolas, de forma a contribuir com intervenções pedagógicas que não mais camuflam essa realidade.

A CONFIGURAÇÃO ESCOLAR E AS MEMÓRIAS DE IDENTIDADES SILENCIADAS

De acordo com a concepção eliasiana, uma sociedade civilizada precisa de leis, eliminação da barbárie, pacificação dos povos, respeito e responsabilidade dos que estão no poder, entre outros. Nesse sentido, para uma educação que ajude no processo de construção da identidade negra, é preciso normas, eliminação dos preconceitos, igualdade e respeito às diferenças e responsabilidade de quem está no poder para deliberar ações que ajudem os educadores no desenvolvimento de sua prática pedagógica.

Para Elias (1994a), a aprendizagem e a assimilação do processo civilizador não são processos conscientes. Também, a influência da educação na construção da identidade negra não se estabelece de forma consciente. Assim como a civilização estudada por Elias (1994a e 1994b), o processo educativo se estabelece nas – e a partir das – relações de interdependência entre as pessoas na sociedade.

É possível, então, em muitos casos, reconstruir a história de vida e ressignificar as tensões, mesmo que as pessoas sejam fruto do processo civilizador – considerado como aquilo que historicamente foi sendo apreendido pelas normas, regras, imposições determinadas por e para a sociedade e os indivíduos. Essa possibilidade acontece considerando, também, que as pessoas são fruto do autocontrole desenvolvido no próprio processo civilizacional a que estamos submetidos (ELIAS, 1994a).

Se considerarmos as múltiplas esferas da vida social, a educação escolar por exemplo, se constitui uma configuração social, por imbricar numa relação de interdependência entre os indivíduos e é dessa forma que, como o processo civilizador, determina e influencia o autocontrole das pessoas e sua formação como ser individual e coletivo ao mesmo tempo.

Na perspectiva da teoria de processo civilizador, o homem (e a mulher) torna-se civilizado mediante as coerções presentes socialmente, que são internalizadas através do tempo em sua identidade individual e coletiva que existem de forma relacional. Homens e mulheres são frutos do seu meio, onde criam as relações; são frutos dos múltiplos processos, os quais seus ancestrais ajudaram a construir, inseridos numa teia de interdependência da vida social.

Como meio de socialização dos saberes acumulados pela humanidade, a educação, naturalmente, vai ajudando as pessoas a internalizarem o processo civilizador. Uma educação reprodutivista, por exemplo, por fazer parte da teia de interdependência que uma pessoa pode vivenciar, ajuda a internalizar os valores e as normas definidos pelos interesses de um determinado grupo. Ela tem o poder de condicionar o comportamento do homem e da mulher na sociedade.

A história da educação registra que seu processo informal tem início quando as crianças observavam as pessoas mais velhas executarem suas atividades cotidianas e, dessa forma, aprendiam também a fazer. Começam assim a relação e a interdependência entre o ensinar e o aprender. Pode-se dizer que, havendo a necessidade de preservar culturalmente e socialmente os saberes construídos, surge a escola com o objetivo de institucionalizar e sistematizar o conhecimento, dando início à educação formal.

Essa educação escolar que existe no Brasil desde o período colonial foi sofrendo interferências de vários movimentos e reformas, e, ao longo do tempo, essa instituição que nasceu para poucos privilegiados, se transforma numa configuração social muito importante para a sociedade, tornando-se direito de todos. A partir de então, a educação a ser vivenciada dentro dessa instituição passa a ser determinada pelo Estado, que implementa as políticas para atender as demandas da população.

Indispensável à vida social, a educação, tanto para a sociedade quanto para o indivíduo, é uma das configurações fundamentais para a transformação e para o desenvolvimento humano e social. Talvez, por isso, a educação escolar é vista, em muitos casos, como a redentora dos problemas individuais e sociais. A narrativa de SAS revela essa concepção a partir das reminiscências do que dizia a sua mãe:

Ela sempre dizia que a gente só tinha uma alternativa: estudar ou estudar (Emoção). Ela sempre falava para a gente que todo trabalho era digno, mas não queria que os filhos fossem peão de obra igual ao marido, porque não conseguiriam ter uma vida econômica com materiais melhor e, muito menos, que as filhas fossem empregadas domésticas, como ela foi. Ela disse que não ia sossegar enquanto todos os filhos não tivessem terminado o 2º grau (SAS).

Na narrativa de SAS, a sua mãe, que cursou apenas até a 3ª série do ensino fundamental, tinha a educação como grande valor, algo muito significativa para ela. Essa valorização da escola pode ser percebida nas demais narrativas realizadas com pessoas negras doutoras, que têm uma história marcada por busca de melhorias em suas vidas a partir da educação.

Na prática, a escola, que deveria ser uma instituição universal em todos os seus aspectos, é seletiva, excludente e classista, ou seja, surge para atender aos

interesses de uma determinada classe social, sem considerar a diversidade que existe no Brasil. A escola atua “desconhecendo” as diferenças de classe, gênero e raça. Mas, como ressalta Freire (2005, p. 53), sem a educação a transformação não acontece. Cabe à luta histórica do movimento social negro se empenhar para que a escola deixe de silenciar diante das questões etnicorraciais, pois, como ressalta Souza, *et al.* (2013):

A escola é um dos espaços, talvez o mais competente, onde as representações negativas sobre a pessoa negra são disseminadas [...] Mas, também, essa instituição é um espaço social de organização, construção e socialização do conhecimento e da cultura e que, portanto, carrega o potencial de ser o local onde as negativas referentes ao outro possam ser superadas (2013, p. 20).

Contudo, as evidências revelam que as políticas e as práticas educativas, que poderiam contribuir satisfatoriamente com o processo de construção da identidade negra, também são de silenciamento em relação ao nosso tema. Esse silêncio gerou o silêncio das pessoas durante a realização das entrevistas. Elas narram suas histórias de vida com entusiasmo e emoção, mas, em sua maioria, ignoraram ou esqueceram de apontar as influências advindas da configuração educacional para o processo de construção de sua identidade. As tensões e as emoções forjadas e rememoradas desse percurso educacional surgiam por meio da memória voluntária, provocada pela dinâmica da entrevista.

SAS lembra que estudava com seus dois irmãos, e quando esses aprontavam qualquer coisa contrária à disciplina escolar ele também era responsabilizado, possivelmente devido à sua condição de irmão e de negro. Os três irmãos terminavam sendo tachados de bagunceiros e indisciplinados.

Em função da nossa cor, eram os três que eram bagunceiros, indisciplinados; por mais que eu não fizesse nada, eram os três, não é? O processo de discriminação na escola, claro, acontecia entre os próprios alunos e até mesmo em tratamentos diferenciados de professores. [...] Minha mãe cortava o cabelo da gente como o exército cortava antigamente: raspava todo o cabelo do lado e só ficava uma parte em cima. Então, os professores chamavam a gente de *três negrinhos da cabeça de cuiá...* (SAS).

A narrativa de DMB sobre essa configuração educacional rememora as tensões vividas na escola, local onde aconteceu sua primeira experiência de discriminação racial. Morando no bairro Vila Mariana- SP, considerado de classe média alta, estudou numa escola onde havia poucas pessoas negras, sendo a única de sua turma. Ela conta:

Eu, também, só na fase adulta reconheci que a minha primeira experiência de discriminação racial aconteceu na terceira série. Naquelas festas mensais de aniversário, ao final, ela (a professora) me chama para varrer a sala. [...] Nessa história de varrer a sala, ela tira a vassoura da minha mão e disse que eu não servia nem para varrer a sala.

Dessa forma, destaca-se que o educador é um protagonista, e que, também, pode depender dele o trato democrático e educacional às diversas identidades que os educandos possam — ou queiram — construir e consolidar ao longo de sua vida social. Pois é possível que esse educador ajude na construção e consolidação dessas identidades, movido pela inquietação que o consome ao ver e ouvir, nos espaços educativos, por exemplo, determinadas práticas e expressões preconceituosas direcionadas às comunidades ou grupos socialmente minoritários.

As pessoas negras doutoras, quando se referem à escola, narrando situações, tensões e emoções vividas durante o percurso de sua formação escolarizada e acadêmica, destacam que a configuração escolar não conseguiu impressionar e não marcou suas vidas, conforme enfatizado:

Ela ajuda a construir identidades fragmentadas, inclusive na situação de negro. Porque a identidade trabalhada é no viés eurocêntrico, e é isso que ela valoriza. Então, qualquer um que esteja fora desse padrão, que é positivado, ele vai estar numa situação negatizada. Então a escola, antes não fizesse nada. Mas, o que é pior, ela ajuda a construir uma identidade totalmente fragmentada, depreciada, pejorativa, o que é muito ruim, muito ruim para nossas crianças e jovens (DMB).

O silêncio e a indiferença da escola no que se refere ao processo de construção da identidade negra é uma presença marcante. Ao falar de sua experiência com a educação formal vivenciada na escola, MMS destaca que essa instituição não influenciou sua identidade negra e que é um lugar de produção do silêncio das questões etnicorraciais.

Essa situação de silêncio e negação da escola e da academia, referente à valorização da história, da cultura e do respeito à população negra, não foi diferente na vida educacional de SAS. As reminiscências presentes no memorial de PBGS também reforçam essa indiferença da educação escolar. Ela escreve que no Colégio de Aplicação, onde cursou parte da educação básica, a história e a cultura da população negra não eram valorizadas. Essas observações podem ser evidenciadas na seguinte narrativa:

É como se tivesse uma coisa grande para ser mexida, trabalhada dentro, e aquilo não tinha espaço na escola. Fica aquele bolo... Está preso! Talvez isso seja o elemento mais emblemático que a gente vê. Um crime que a educação faz na

escola: a indiferença, o gelo. Isso é não considerar uma dimensão da experiência humana e da experiência da formação sociocultural brasileiro. Tem a reprodução sobre racista dentro da escola que você vivenciou, percebeu, mas a escola nunca foi capaz de tratar disso, sem ter ouvido, sem penetrar nela (MMS).

É impressionante como a ausência da configuração educacional, no tocante à temática que envolve a população negra, se repete nas narrativas apresentadas neste estudo. Depois que HACJ narra entusiasmado as emoções que ajudaram no processo de construção de sua identidade negra, vividas em momentos com a família, nos clubes e nos saraus, entre outros lugares culturais. Questionado sobre a configuração educacional, assunto a que ele não se referiu durante sua narrativa, a resposta é enfática:

A escola era muito ruim! A escola era muito ruim! [...]. Eu sempre fui muito indisciplinado. Eu sempre fui bom aluno, mas muitas vezes eu ficava viajando na aula, pensando dez mil coisas, rabiscando, desenhando e prestando atenção, também, naquilo que a professora fazia. Mas eu achava aquilo muito fraco, muito simples, muito sem é..., sem muito interesse.

HACJ sempre estudou em escolas públicas, consideradas as “melhores escolas” da cidade de São Paulo, no período em que era estudante do ensino fundamental e médio (entre os anos da década de 1960). Ele ressalta que nessa época havia muitas escolas públicas consideradas de boa qualidade, mas as unidades escolares que ele frequentou não conseguiam impressionar a vida de um menino que, fora de seus muros, vivia tantas experiências emocionantes. Essa instituição não sabia e ou não tinha interesse em aproveitar seu cotidiano, suas habilidades, sua cultura, que muitas vezes ele tentou levar para dentro do espaço escolar. Para ele:

A escola não cumpriu o papel que ela deveria ter tido nisso tudo! Por exemplo, eu estudei piano. Na época, a professora de piano também não conseguiu aproveitar a minha vontade. [...]. E eu acho que isso é um dos defeitos da escola atualmente. Ela não consegue enxergar o aluno. Ela não consegue enxergar os talentos! Ela não consegue enxergar genialidade! Ela não consegue enxergar na genialidade os problemas (HACJ).

HACJ, que passou, durante sua história de vida, desde a infância, por experiências ricas de militância no movimento social negro e de vida cultural, destaca que a escola não aproveitava seu cotidiano, mesmo ele levando suas experiências para a escola sempre que tinha oportunidade:

Eu levava isso para a escola, e a escola nunca conseguiu utilizar o que eu levava. Essa coisa toda que eu vivia: essa loucura da visão cultural do negro,

grupo de teatro, grupos culturais, eu levava esse material lá para escola. Mas a escola pouquíssimo conseguiu aproveitar. Pouquíssimo conseguiu despertar a curiosidade de que eu estava trazendo um negócio que era novo (HACJ).

Mas, tanto nas escolas de educação básica como na superior, as relações estabelecidas são as mesmas: os professores não aproveitam as experiências dos estudantes e não influenciam em sua formação, de maneira a reafirmar positivamente a identidade negra. São poucos os profissionais que marcam a vida das pessoas negras no ambiente escolar.

A partir dessas narrativas, é possível compreender que a configuração educacional brasileira não esteve e, até certo ponto, ainda não está preparada para influenciar satisfatoriamente o processo de construção da identidade negra das pessoas. Porém não se pode negar que esse ambiente, muitas vezes almejado por populações para melhorarem a sua condição social, ajudou-as a se conhecerem a partir das aprendizagens identitárias construídas sobre a vida e a sociedade entre tantos outros aspectos.

A construção dessa identidade é atribuída positivamente ao grupo de pertencimento frequentado pelas pessoas, que vai se desenvolvendo desde a relação com a família, passando pela militância e chegando à vida profissional, mesmo que haja, inevitavelmente, relações conflituosas e harmoniosas. As memórias e histórias aqui narradas, portanto, revelaram fatos que identificam a influência da configuração não só educacional, mas também familiar e social, no processo de construção da identidade negra, seja de forma positiva e ou negativa.

A PRESENÇA NEGRA NA ESCOLA

Resultados das narrativas analisadas, tal como exemplificamos no item anterior, sugerem que a pessoa negra busca a escola para ser socialmente reconhecida como cidadã e, portanto, como sujeito de direitos, que se auto reconhece e se afirma politicamente, devendo ser referência para que outras pessoas também se percebam e saibam que é possível debelar a discriminação.

É neste sentido que a educação, fonte de reforço e de veiculação de preconceitos, necessita de regulações e práticas que favoreçam a construção da identidade de cada uma dessas pessoas e se façam presentes de forma transformadora em suas histórias de vida. O processo de exclusão, por elas vivido, das oportunidades econômicas, políticas e sociais é também reforçado por uma modalidade específica de exclusão educacional em face da discriminação que existe entre os muros da escola.

As histórias e as memórias da população negra não estão presentes na configuração educacional. Exemplo disto é a sua ausência no período em que

as pessoas negras doutoras por nós entrevistadas estavam cursando a educação básica e o ensino superior. Isto, apesar das regulamentações estabelecidas a partir das Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) já estarem vigentes no Brasil (1960-1990) no período em que elas frequentavam estes níveis de ensino. Ou seja, a legislação, como verificado nas narrativas, não conseguiu ajudar na construção da identidade das pessoas negras detentoras dos mais altos níveis de escolarização do nosso sistema educacional que nos narraram suas histórias.

De acordo com o Art. 1º, da Lei nº 4.024/61, deveria haver “condenação a qualquer tratamento desigual por motivo de convicção filosófica, política ou religiosa, bem como a quaisquer preconceitos de classe ou de raça”. Também, de acordo com o Art 3º da Lei nº 9.394/96, deveria haver: “Respeito à liberdade e apreço à tolerância”. Mas, entre tantos outros artigos referentes ao respeito à pessoa e à sua cultura, esses citados não saíram do papel, ficaram engavetadas nos departamentos das secretarias de educação e nas secretarias das instituições escolares.

Na configuração educacional, vários estudos, como os de Silva (1987 e 1988); Santiago, Silva e Silva (2010); e Dias (2005), entre outros, já demonstraram tratamentos e atendimentos contrários aos preceituados constitucionalmente. É possível perceber descaso no atendimento às pessoas negras, sejam crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos. Na escola, por exemplo, são elas as esquecidas, discriminadas ou vítimas de violências verbais e, também, físicas. Pode-se constatar que o processo eurocêntrico de imposição na formação educacional da população negra se faz presente na configuração educacional no momento em que é desconsiderada uma educação que valorize as diferenças.

A educação precisa ser um processo de formação transformadora, humanizadora, possibilitando que as pessoas se conheçam e, se conhecendo, conheçam também o outro e assim, façam a intervenção no mundo, criticamente, ativamente e criativamente. Pois, como diz Freire:

Cada vez mais sentíamos, de um lado, a necessidade de uma educação que não descuidasse da vocação ontológica do homem, a de ser sujeito e, por outro, de não descuidar das condições peculiares de nossa sociedade em transição, intensamente mutável e contraditória. Educação que tratasse de ajudar o homem brasileiro em sua emersão e o inserisse criticamente no seu processo histórico (2003, p. 66).

Esse conhecimento de si, do outro e do mundo é o que pode ajudar na intervenção do caminho traçado pelo processo civilizador, que muitas vezes “direciona” as vidas, quando é negado o acesso à educação. Quando não se tem o conhecimento de si mesmo, pensa-se que também não se tem a criticidade e

a criatividade de transformação da realidade e dos comportamentos inaceitáveis das relações de interdependências.

Como ressalta Elias (2008, p. 119): “O processo de aprendizagem individual atua por meio de acumulação mnésica de experiências, de modo que podemos, mais tarde, recorrer a estas para que nos ajudem a diagnosticar e prognosticar qualquer nova situação”.

Destarte, a educação, como ato político, deve trazer essa contribuição, e que depende de cada educador e educando, da sua história, de seus interesses, de suas aprendizagens direcionadas a atuar no mundo, como atores sociais. É um processo dialético. O que uma pessoa será amanhã muito depende do que aprende e é hoje, e isso vai interferir na relação de interdependência dessas pessoas com as outras, a sociedade e a história. Para democratizar a educação, é preciso problematizar as diferenças, desvelar as expressões preconceituosas e as discriminações sociais e raciais.

É sabido que a educação é importante, e, por isso, as famílias almejam o acesso à escola e têm esse direito. Porém, diante de tantas dificuldades vividas pela população negra brasileira, o acesso pode vir a ser distinto entre pessoas negras e pessoas brancas, como também pode não haver acesso ou existir acessos dificultados pela fome, mobilidade e deslocamentos; baixos salários docentes; falta de infraestrutura escolar e de perspectiva discente; assim como da falta de condições no momento para garantir a permanência da população negra na ocasião em que o atendimento venha a ser diferenciado.

Práticas docentes mediadoras e problematizadoras podem contribuir com o processo de construção da identidade e ampliar o universo cultural da pessoa negra, valorizar sua cultura, história, tradição e identidade e proporcionar saberes, atitudes e competências para sua transformação e inclusão social. Essas práticas, de acordo com a concepção freireana, devem levar os educandos a ser autores de sua própria história. Para Freire:

A educação é possível para o homem, porque este é inacabado e sabe-se inacabado. Isto leva-o à sua perfeição. A educação, portanto, implica uma busca realizada por um sujeito, que é o homem. O homem deve ser o sujeito de sua própria educação. Não pode ser o objeto dela (2003, p. 27-28).

Freire (2011) aponta para a necessidade de o processo educacional dedicar-se, efetivamente, ao cotidiano do educando e, com ele, reinventar, recriar e transformar sua realidade, tendo a educação função especial e destaque no processo de transformação e inserção social. Este processo pode vir a ser, politicamente, instrumento de superação das profundas desigualdades que historicamente têm se mostrado presentes em nossa sociedade.

Verificamos nos resultados da pesquisa que a política educacional brasileira tem contribuído para manter os silêncios referentes à situação da população negra nas escolas, desconsiderando a educação para as relações etnicorraciais. Não desconhecemos que há pequenas mudanças que começam a ocorrer a partir das mobilizações e reivindicações dos movimentos sociais negros, que nunca desistiram de forjar ações em busca de direito e respeito. Não obstante, são ainda insuficientes para operar mudanças significativas no quadro atual. Neste sentido, podemos dizer que alguma coisa começa a ser feita a partir da aprovação da lei N° 10.639 de janeiro de 2003. Esta lei passou a determinar que:

Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. §1o O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política, pertinentes à História do Brasil. (BRASIL, 2003, Art. 26-A).

Regulamentando a referida lei, também temos a aprovação da Resolução N° 1/2004, do Conselho Nacional de Educação (CNE), indicando a elaboração e implementação de políticas de ações afirmativas que busquem reparar, reconhecer e valorizar a história, a cultura e a identidade afro-brasileira por meio das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Etnicorraciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana no ano de 2004.

Considerando que essas relações “impõem aprendizagens entre brancos e negros, troca de conhecimentos, quebra de desconfianças, projeto conjunto para a construção de uma sociedade justa, igual, equânime” (BRASIL, 2004, art. 2° §1°), o objetivo da educação das relações etnicorraciais é:

a divulgação e produção de conhecimentos, bem como de atitudes, posturas e valores que eduquem cidadãos quanto à pluralidade etnicorracial, tornando-os capazes de interagir e de negociar objetivos comuns que garantam, a todos, respeito aos direitos legais e valorização de identidade, na busca da consolidação da democracia brasileira (Idem, 2004).

Essas são ações que podem proporcionar uma significativa mudança na educação das relações de interdependência entre a diversidade da população brasileira, fortalecendo e despertando a consciência negra entre pessoas de qualquer cor, mediante o orgulho de sua identidade, permitindo-lhes identificar a importância do outro em sua própria história e cultura.

São iniciativas despertadoras de respeito que todas as pessoas precisam ter pelas outras — independentemente das diferenças — e que leva as pessoas negras a se perceberem, a se conhecerem, a se encontrarem e reencontrarem, mesmo que isso possa ser difícil, mas necessário e possível. Entretanto, ainda se coloca tão somente pela força da lei, o que é sem dúvida importante, mas insuficiente para dissolver os preconceitos social e culturalmente arraigados na sociedade.

As memórias aqui levantadas destacam que a educação brasileira desconsidera a dimensão da experiência humana e da experiência da formação sociocultural brasileira. Mas, é possível reconhecer que a Lei nº 10.639/2003 é uma provocação à configuração escolar, mesmo encontrando resistência para se consolidar dentro do âmbito educacional.

Gomes (2012) aponta para a necessidade de introduzir a Lei Nº 10.639/2003 e suas diretrizes nas políticas de educação básica por meio do currículo, formação de professores, bibliotecas escolares, recursos financeiros e do ensino superior. Mas as políticas de ações afirmativas têm encontrado dificuldades para ser implantadas e implementadas.

A escola, como espaço de saber formal, *locus* privilegiado de disputa de vários projetos sociais e políticos, deve ocupar papel central na efetivação dessa demanda de caráter afirmativo. De outro modo, muitas histórias de vida podem continuar da mesma maneira com as que analisamos na nossa pesquisa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No desenvolvimento deste artigo, por meio de resultados de pesquisa, procuramos demonstrar como as memórias das pessoas negras que nos concederam entrevistas dificilmente resgataram momentos satisfatórios a respeito da configuração escolar, tal como ficou evidenciado em suas histórias de vida. A partir das narrativas apresentadas, foi possível perceber que o processo de construção da identidade negra está relacionado com toda a história vivida por uma pessoa e por seu grupo nas relações sociais, culturais, econômicas, políticas, familiares e, também, educacionais. Mas a escola é, quase sempre, uma experiência traumática.

Com base nesses resultados, problematizamos a respeito do quanto ainda estamos distantes de um processo de escolarização que considere as diferenças, identidades, histórias e culturas espalhadas pelo país, ainda que paulatinamente venha surgindo regulamentações específicas no contexto das políticas educativas, mas que pouco têm efetivamente sido postas em prática. Em outras palavras, a política educacional pouco tem contribuído para um processo educativo que

considere adequadamente as relações etnicorraciais nos processos de escolarização.

Neste sentido, parece ficar claro a necessidade de um direcionamento das políticas educativas voltado para um processo de igualdade de direitos, contribuindo com o fortalecimento do educando em sua identidade e subjetividade. Mesmo sendo uma diretriz estabelecida legalmente, esta não tem sido cumprida, o que significa dizer da necessidade que permanece de valorização da história, da cultura e, enfim, da identidade de todas as pessoas.

O distanciamento dos fatos advindos do processo civilizador, para aquelas pessoas que não tiveram o apoio da escola diante da constituição de sua negritude, a busca pela formação e a militância política ajudaram-nas a refletirem sobre as situações vividas. E, assim, conseguiram transformar e reconstruir uma nova situação, provocando mudanças nesse processo, tal como foi o caso do grupo por nós pesquisado. Mas essa ainda não é uma situação que se encontre generalizada.

Assim, finalizamos este texto enfatizando que a construção da identidade negra não é fácil, como também não é objetiva. Porém se consolida quando a pessoa se percebe nesse processo pelas suas experiências, que vão sendo, subjetivamente, elaboradas. Ou seja, o processo de construção da identidade negra se revela numa pessoa mediante o conhecimento e a valorização que ela tem de si mesma; esse processo continua na sua decisão de assumir um pertencimento etnicorracial e se completa por meio de sua afirmação política.

Espera-se poder olhar para a educação que as pessoas negras doutoras tiveram e perceber que esta pode ser diferente. Espera-se, também, que as tristes emoções, advindas dos preconceitos sociais, não fragilizem as pessoas para, quiçá, assim, mais pessoas consigam ter acesso ao nível de escolarização que desejarem, sem restrições, sem impasses, sem discriminações, sem barreiras.

Hoje, ao se afirmarem politicamente, elas fazem a diferença na formação educacional, política e social que muitas não receberam, mas que buscam dar aos seus educandos durante sua atuação profissional. Essa afirmação contribui para ressignificar e fortalecer vidas, resistindo ao processo civilizador eurocêntrico, que começa a se impor no desenvolvimento das pessoas negras desde a infância no convívio com a configuração familiar e que, também, continua se impondo em outras configurações sociais.

A luta agora é pela implementação qualitativa das políticas para a educação das relações etnicorraciais em todo o Brasil, favorecendo uma condição mais propícia a atender não só a população afro-brasileira, mas todos os cidadãos brasileiros.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei Nº 10.639/2003**. Diário Oficial da União. Brasília, 10 de janeiro de 2003.

_____. **Parecer CNE/CP Nº 3/2004**. Diário Oficial da União. Brasília, 22 de junho de 2004.

DIAS, Lucimar Rosa. Quantos passos já foram dados? A questão de raça nas leis educacionais – da LDB de 1961 à Lei 10.639 de 2003. *In*: ROMÃO, Jeruse (Org.). **História da educação do negro e outras histórias**. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Brasília: Ministério da Educação, 2005.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**: uma história dos costumes. Tradução: Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994a. v. 1.

_____. **O processo civilizador**: formação do estado e civilização. Tradução: Ruy Jungmann. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994b. v. 2.

_____. **Introdução à sociologia**. Tradução: Maria Luísa Ribeiro Ferreira. 3. ed. Lisboa: Edições 70, 2008.

_____; SCOTSON, Johan L. **Os estabelecidos e os outsiders**: sociologia das relações de poder de uma pequena comunidade. Tradução: Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

FREIRE, Paulo. **Educação e mudança**. 27. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

_____. **Professora sim, tia não**: cartas a quem ousa ensinar. 15. ed. São Paulo: Olho d'Água, 2005.

_____. **Pedagogia do Oprimido**. 50. ed. Revisada e atualizada. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

GOMES, Nilma Lino (Org.). **Práticas Pedagógicas de Trabalho com Relações Étnico-Raciais na Escola na perspectiva da Lei 10.639/03**. Brasília: MEC/UNESCO, 2012.

PAIXÃO, Marcelo; ROSSETTO, Irene; MONTOVANELE, Fabiana; CARVANO, Luiz MARCELO (Orgs.). **Relatório Anual das Desigualdades Raciais no Brasil: 2009-2010**. Constituição Cidadã, seguridade social e seus efeitos sobre as assimetrias de cor ou raça. Rio de Janeiro: Editora Garamond: 2010.

SANTIAGO, Eliete; SILVA, Claudilene; SILVA, Delma (orgs.). **Educação, Escolarização e Identidade Negra**: dez anos de pesquisa sobre relações raciais no PPGE/UFPE. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2010.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves. Formação da Identidade e Socialização no Limoeiro. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, Fundação Carlos Chagas, n. 63. nov., 1987.

_____. A Identidade da Criança Negra e a Educação Escolar. **Negô**, Jornal Nacional do Movimento Negro Unificado, Salvador n° 15, p. 8, nov. 1988.

SOUZA, Edílson Fernandes de; REIS, Maria da Conceição; MENEZES, Vilde Gomes. **Política de educação das relações etnicorraciais**: Especificidades e caminhos da legislação brasileira. Revista Reflexão e Ação, Santa Cruz do Sul, v.21, n. esp., p.8-30, jan./jun.2013.

MARIA DA CONCEIÇÃO DOS REIS é doutora em educação pela Universidade Federal de Pernambuco onde atua como docente e pesquisadora. E-mail: cecareis2@hotmail.com

EDÍLSON FERNANDES DE SOUZA é doutor em Educação Física pela Universidade Estadual de Campinas e professor associado na Universidade Federal de Pernambuco. E-mail: professor.edilson@gmail.com

VILDE GOMES DE MENEZES é doutor Em Ciência do Desporto pela Universidade do Porto e atua como professor e pesquisador na Universidade Federal de Pernambuco. E-mail: vildemenezes@gmail.com

*Recebido em fevereiro de 2014
Aprovação em agosto de 2014*